



O CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO NA TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: NOTAS PARA DISCUSSÃO

Maria Pereira da Silva Xavier

mariaxavier@ufpi.edu.br¹

Armstrong Miranda Evangelista

armstrong@ufpi.edu.br²

Resumo

Esse artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida como requisito para aquisição do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Piauí, na linha de pesquisa o Ensino de Geografia e área de concentração a Educação Geográfica. Tendo como objetivo central analisar a concepção de espaço geográfico do professor de Geografia do ensino médio da rede estadual de ensino atuante no município de Teresina/PI. A metodologia adotada nessa parte, foi a pesquisa bibliográfica, tendo como principal suporte teórico a obra de Milton Santos. Este geógrafo se destacou pela busca do entendimento do objeto de estudo da geografia, numa fértil produção teórica que apresentou considerações importantes sobre espaço geográfico, contribuindo para que esse conceito, dinâmico e complexo pudesse ser mais bem compreendido. Buscamos apoio também nas obras de Corrêa (2006) e Sposito (2004), autores que se aprofundaram na literatura produzida acerca dos conceitos geográficos. Dentre estes, os conceitos trabalhados por Santos (1997), tornando-os mais acessíveis, além de apresentarem suas próprias concepções destes conceitos. Por fim, evidenciamos a proposta de Massey (2008), que expõe um novo conceito de espacialidade, expondo outros potenciais e possibilidades do espaço, para além do que está posto. A visita a algumas obras desses autores nos leva a inferir que esse debate precisa ser fortalecido entre os professores da educação básica, como condição para uma atuação capaz de contribuir efetivamente na formação de cidadãos e cidadãs conscientes do seu papel no permanente processo de construção do espaço geográfico.

Palavras-chave: Sistemas de objetos, Sistemas de ações, Nova espacialidade.

Introdução

A percepção de espaço geográfico do professor de Geografia orienta sua atuação em sala de aula, suas rotinas didáticas, influenciando na concepção de Geografia e de cidadania do estudante.

¹ Profª Ms. De Geografia - EBTT – CTF/UFPI – Parte de uma pesquisa para aquisição do título de Mestre do PPGGEO/UFPI

² Profº Dr. De Geografia da Universidade Federal do Piauí – Orientador da Pesquisa

Essa compreensão, somada ao fato de cremos que a educação escolar é uma real oportunidade de desenvolvimento das potencialidades das pessoas, como uma preparação para que estas possam se afirmar como sujeitos e cidadãos; e por entendermos ainda que o ensino de geografia pode contribuir muito nesse processo partindo do seu objeto de estudo, o espaço geográfico, nos propomos a fazer uma pesquisa sobre a percepção que os professores que atuam na educação básica possuem de espaço geográfico.

No desenvolver da pesquisa exploramos a literatura geográfica para percebermos melhor a evolução do conceito de espaço geográfico no seio da geografia. Essa pesquisa bibliográfica, teve como principal suporte teórico a obra de Milton Santos, este geógrafo se destacou na busca do entendimento do objeto de estudo da geografia, apresentou considerações importantes sobre espaço geográfico, contribuindo para que esse conceito, dinâmico e complexo pudesse ser mais bem compreendido. Além de Milton Santos buscamos apoio nas obras de Corrêa (2006) e Sposito (2004), estes se aprofundaram na literatura produzida acerca dos conceitos geográficos, em especial nos conceitos trabalhados por Santos (1997), tornando-os mais acessíveis. Vimos ainda a proposta de Massey (2008), pois entendemos que sua proposição em relação ao espaço geográfico dialoga com o conceito trabalhado por Milton Santos, incluindo novos elementos, propondo uma nova espacialidade.

O presente artigo está distribuído em três seções, na primeira será apresentando um pouco do percurso do conceito de espaço na ciência geográfica à luz de trabalhos de Corrêa (2006), e Sposito (2004), onde veremos que só a partir do século XX esse conceito passa a ocupar um espaço mais significativo nas discussões dessa ciência. Na segunda, faremos um breve mergulho na obra de Santos (1980, 1997a, 1997b, 2008) onde, pelo próprio autor, veremos que o conceito de espaço geográfico é remodelado, sua definição varia com as épocas, é um conceito dinâmico, histórico. Na terceira, faremos uma breve visita a obra *Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade*, de Doreen Massey, onde veremos que o espaço é o campo das possibilidades, compreender espaço na perspectiva dessa autora requer uma nova forma de se ver o mundo. Por fim faremos as considerações finais, onde pontuaremos as principais questões levantadas e apresentaremos as possíveis contribuições desse trabalho para o professor de Geografia, que atua na educação básica.

As diversas percepções do conceito de espaço geográfico



O conceito de espaço geográfico é concebido de diferentes formas de acordo com as concepções filosóficas que norteiam o pensamento geográfico. Na obra de Santos (1997), notam-se estágios diferentes na construção deste conceito. Nesse sentido, Faria (2008) chama a atenção para compreendermos essa dinamicidade do conceito de espaço geográfico:

[...] A Geografia vem ampliando sua esfera de conhecimentos e seus métodos de abordagem e isto faz com que seu objeto seja sempre revisto, atualizado e moldado de modo que venha a atender às constantes adaptações do estudo a este mundo que não cessa de se transformar. (FARIA, 2008, p. 215-216)

A perspectiva de espaço geográfico aqui trabalhada tem sua origem nos pressupostos da Geografia Crítica. No entanto, compreendemos ser importante discorrer sobre o caminho percorrido deste conceito ao longo da evolução do pensamento geográfico.

De acordo com Corrêa, durante o período da Geografia em que essa ciência ficou conhecida como Geografia Clássica, o conceito de espaço não tinha destaque nessa ciência, os geógrafos da época privilegiavam os conceitos de paisagem e região. Sposito (2004) afirma que o conceito de espaço só aparece na geografia no século XX, trazendo contribuições de diversas ciências.

Corrêa (2006) destaca, porém, que, na geografia clássica, o conceito de espaço geográfico aparece nas obras de Ratzel e Harstshorne, sendo visto por Ratzel como fundamental à vida humana. Para Harstshorne, o espaço aparece como um receptáculo que apenas contém as coisas. O termo espaço é empregado no sentido de área:

[...] é somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe na realidade (...) a área, em si própria, está relacionada aos fenômenos dentro dela, somente naquilo que ela os contém em tais e tais localizações. (HARTSHORNE *apud* CORRÊA, 2006, p. 19)

Somente na Geografia Teorético-Quantitativa, de influência filosófica neopositivista, de acordo com Corrêa (2006) e Sposito (2004), espaço aparece pela primeira vez na história do pensamento geográfico como conceito-chave dessa ciência, percebido sob duas perspectivas: a primeira como planície isotrópica e a segunda pela sua representação matricial. A planície isotrópica entendida aqui como uma construção teórica resultado de uma concepção de espaço com base no paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Uma superfície uniforme nos seus diversos aspectos, geomorfológico, climáticos, quanto às paisagens vegetais, quanto à ocupação humana, quanto à produção, quanto à cultura e outros, como medida intencional na busca de uma racionalidade econômica. Nessa planície é possível circulação em todas as direções.

Observamos que na perspectiva de planície isotrópica, espaço geográfico aparece como um espaço que pode ser diferenciado, pois nesse espaço desenvolvem ações e relações

econômicas diferentes. Nesse sentido, pode-se afirmar que a homogeneidade é o ponto de partida, mas o ponto de chegada é a diferenciação de áreas, o que segundo Corrêa (2006), revela um equilíbrio espacial.

Como representação matricial, o espaço, segundo Sposito (2004) seria representado por sua expressão topológica, chamado grafo. Para Corrêa (2006) essas representações devem:

[...] se constituir em meios operacionais que nos permitam extrair um conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais, sendo, neste sentido, uma importante contribuição que, liberada de alguns de seus pressupostos como a planície isotrópica, a racionalidade econômica, a competição e a a-historicidade dos fenômenos sociais, pode ajudar na compreensão da organização espacial. (CORRÊA, 2006, p. 23).

Corrêa (2006) também faz abordagens desse conceito na perspectiva de espaço na Geografia Humanista, trata-se de uma corrente da Geografia sob influência da fenomenologia e do existencialismo. Nessa corrente, o conceito-chave mais importante é o conceito de lugar, sendo que espaço adquire o significado de espaço vivido. Segundo Tuan (1979) *apud* Corrêa (2006, p.30), “... no estudo do espaço no âmbito da geografia humanista consideram-se os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência”.

[...] existem vários tipos de espaço, um espaço pessoal, outro grupal, onde é vivido a experiência do *outro*, e o espaço mítico-conceitual que, ainda que ligado a experiência, ‘extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas e em direção a estruturas mais abstratas’. (TUAN, *apud* CORRÊA, 2006, p.30)

A partir dessa compreensão, observamos, que espaço na geografia humanista, considera menos as relações econômicas, as relações de produção capitalista, as relações que se desenvolvem em escala global e o processo permanente de (re)construção a partir das técnicas cada vez mais evoluídas do que a cultura, do que os sentimentos, as relações desenvolvidas numa escala local. Assim, o espaço na Geografia Humanista é o lugar onde se desenvolve a topofilia³.

Entre as linhas de pensamento em estudo, a contribuição mais radical para a formação do conceito de espaço, segundo Sposito (2004), foi dada pela geografia crítica ou *radical geography*, de base marxista, vivenciada nos anos 70 e 80.

O espaço, de acordo com as ideias externadas por Sposito (2004), à luz da obra de Lefebvre, não pode ser tomado como parte ou etapa de um processo, ou ainda um instrumento

³ Ver Tuan, Yu-Fu: Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo-DIFEL,1983.



utilizado no processo, o espaço ‘se faz’ na dinâmica desse processo, que é social (resulta das relações entre os homens), histórico (tem uma dimensão temporal), cultural (traz no seu bojo valores, costumes) e é econômico (relações de produção).

O debate nesse período contribuiu para se ter uma nova noção de espaço. Nessa nova perspectiva, espaço não pode ser entendido, nem como o depositário das relações sociais de produção e nem como produto, resultado dessas relações. A sua existência é ontológica às relações sociais de produção, que são conjunturais e modificam-se de acordo com as relações de poder existente.

Dentre outros estudiosos dessa perspectiva, destacam-se nomes como os de Milton Santos, Horácio Capel, Henri Lefebvre e Richard Peet.

Espaço Geográfico na perspectiva de Milton Santos

Devido a sua dimensão filosófica, enquanto categoria, não é possível compreender o espaço a partir de uma única perspectiva, pois a sua compreensão está subordinada ao pensamento determinante em cada época. Santos (1985) propõe que o espaço seja analisado a partir de quatro categorias, estrutura, processo, função e forma. Isso significa que:

São quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985, p.52)

Observa-se que a construção do conceito de espaço geográfico na obra de Milton Santos passa por uma evolução, o próprio autor apresenta três momentos dessa construção. Num primeiro momento, ele apresenta espaço geográfico como um conjunto de fixos e fluxos:

[...] Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 1997, p. 50)

Para o autor, a realidade geográfica é expressa através da interação entre os fixos e os fluxos, no entanto os fixos, pelo próprio autor, são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo e os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos. Santos (1997) apresenta então outra possibilidade de se conceituar espaço, que consiste em trabalhar com as categorias, configuração territorial e relações sociais.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. (SANTOS, 1997, p. 51).

Com base em Santos (1997), pode-se afirmar que, no desenvolvimento da história da humanidade, essa configuração territorial antes constituída por um conjunto de complexos naturais, passa a ser constituída, por um complexo de ações humanas, casa, plantações, estradas, etc., o que Santos (1997) chama de verdadeiras próteses.

Crendo que a ação humana e o resultado desta constituem conjuntos de sistemas, considerando que as modificações no mundo, tanto em escala local como global, ocorrem numa velocidade cada vez maior, tornando esses sistemas mais dinâmicos e complexos. Assim Santos propõe, então, que cabe a Geografia “[...] estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço.”

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. [...] (SANTOS, 1997, p. 51).

Esse sistema de objetos e sistema de ações decorrem da apropriação por parte do homem do espaço natural, apropriação que se dá a partir de uma intencionalidade, criando no espaço antes natural, um espaço artificial, que, por sua vez, também sofre modificações ao longo dos processos históricos, revelando a relação existente entre tempo e espaço.

Para entendermos o que seria esse sistema de objetos, é importante clarificar bem o que são objetos. De acordo com Santos (1997, p. 52) “há quem distinga os objetos das coisas, estas, seriam o produto de uma elaboração natural e os objetos produto de uma elaboração social.” Ou seja, as coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho humano. Considerando as modificações que vêm ocorrendo no espaço e a velocidade com que ocorrem pode-se afirmar que, cada vez mais, existem menos coisas e mais objetos. Santos (1997) confirma esse pensamento quando fala:

[...] No princípio tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas dadas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos [...]. (SANTOS, 1997, p.53)



É importante reforçar o que já foi dito anteriormente, que a criação desses objetos tem uma intencionalidade e responde a determinadas condições, que segundo Santos (1997) são condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico e acrescenta ainda que a reprodução desses objetos atende também a condições sociais.

Essas condições sociais determinam o sistema de ações. Mas o que venha a ser uma ação? Morgenstern apud Santos (1997) lembra que a ação é um processo, um processo dotado de um propósito, no qual um agente mudando alguma coisa, muda a si mesmo. Para que se compreenda melhor o que venha ser um sistema de ações é importante relembrar que a ação desenvolvida pelo homem nas comunidades primitivas atendia a um propósito seu, a uma necessidade daquele homem e daquele lugar, situação que não mais corresponde à realidade atual. Como podemos ver:

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de se operar uma distinção entre a escala de realizações das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são produtos de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra. (SANTOS, 1997, p.65)

Nesse sentido, convém observar que se a ação realizada pelo homem não corresponde ao propósito de quem a realiza, mas sim de quem a determina, os objetos resultantes desta ação também não atendem às necessidades de seu executor, mas sim de quem determina a execução, ou seja, no processo de construção do espaço, que se realiza na relação sujeito-objeto, não estão contemplados os interesses de todos os sujeitos envolvidos.

No livro *A Natureza do Espaço técnica e tempo, razão e emoção*, Milton Santos apresenta a técnica como o meio utilizado para a materialização da ação humana, para a formação do sistema de objetos, ela produz e (re)cria espaços diferenciados, espaços esses frutos de uma intencionalidade. De acordo com o autor, o uso de técnicas mais avançadas resulta em mudanças mais rápidas.

[...] No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses

acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 1997, p. 51).

Compreende-se, deste modo, que o uso da técnica ocorre de forma heterogênea e desigual nos diversos países e regiões do mundo, o que resulta em espaços diferenciados, a ‘disponibilização’ de técnicas mais avançadas ou menos avançadas não se dá num processo natural. Essa disponibilização resulta das relações que ocorrem naquela região, sejam econômicas, de produção, culturais, sociais ou do conjunto delas, relações, que por sua vez são determinadas pelo sistema político-econômico dominante.

Santos (1997) explora também a modernização dessas técnicas e o tempo que se torna cada vez menor para o surgimento de técnicas mais avançadas. O autor divide a história do meio geográfico em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Esta, a etapa em que vivemos. É nessa etapa que:

[...] os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já que hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional. (SANTOS, 1997, p. 190)

Assim, as alterações nas técnicas e o seu uso ocorrem em diferentes tempos históricos, no entanto, permanecem os seus registros, como um palimpsesto. Santos (1997) faz uma abordagem também sobre a categoria tempo e propõe uma concepção de tempo-espaço indissociável, o espaço como uma coexistência de tempos.

Há quem prefira dizer que o tempo se unifica, mas não é disso que se trata. O que realmente se dá, nesses nossos dias, é a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber a sua simultaneidade. O evento é uma manifestação corpórea do tempo histórico [...] (SANTOS, 1997, p.157)

Em síntese, de acordo com Santos (1997) o conceito de espaço geográfico é remodelado, passa a ser concebido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, e desta forma “sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico”. Ele afirma ainda que no atual



estágio de globalização o espaço é também construído como resultado das ações locais, que influenciam e são influenciadas por ações globais.

Uma nova espacialidade

Em *Pelo Espaço Uma Nova Política da Espacialidade*, Massey (2008) aponta uma nova política da espacialidade, apresentando uma abordagem alternativa do espaço. E ela o faz a partir de algumas proposições:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno; Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade [...]; Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. (MASSEY, 2008, p. 29)

A partir dessas proposições a autora provoca uma nova possibilidade de se perceber os processos que estão ligados de forma direta ou indireta na (re)construção do espaço geográfico, levando a uma nova compreensão deste, como algo que possui maleabilidade, não é fixo e tem no seu bojo fatores que impulsionam sua constante construção, dando-lhe incompletude.

[...] O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também precisa sê-lo. (MASSEY, 2008, p. 32)

[...] conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política” (MASSEY, 2008, p. 95).

Entende-se que a proposta de Massey (2008) tem como sustentação, por suas próprias palavras, o fato de que importa a forma como pensamos o espaço “[...] ele modula nosso entendimento do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política”. Compreender espaço nessa perspectiva exige uma nova forma de se pensar o mundo, uma nova postura frente a

velhas questões de ordem política, ecológicas e principalmente das relações de poder. Pensar espaço na perspectiva de Massey (2008) é um convite a compreensão de questões políticas a partir do reconhecimento das práticas relacionais, o espaço para essa autora é uma simultaneidade dinâmica, que espera e que promove permanentemente novas relações.

Nas proposições de Massey (2008), mesmo não estando claro em sua obra, percebe-se um certo diálogo com o pensamento de Milton Santos, em especial, ao reconhecer o espaço como estando sempre em construção, isso vai ao encontro da afirmação de Santos (1997), quando ele apresenta espaço geográfico como um conjunto de fixos e fluxos e quando diz que esse espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, como tal em permanente construção.

Considerações finais

Os pontos aqui apresentados, nos permite perceber o quanto esse debate é instigante e necessário para que se possa ter uma compreensão do que de fato venha ser o espaço geográfico, a partir do conhecimento elaborado e reconhecido na sociedade contemporânea. Mas, sendo coerente com os autores aqui citados, é necessário deixar claro, que essa categoria conceitual, está em constante (re)construção, é dinâmica, é histórica, é temporal, o que não nos permite apresentar o que aqui foi posto como algo acabado, completo.

Os autores aqui citados em especial Milton Santos e Doreen Massey, trazem para interior desse debate novos elementos. Ao definir espaço como um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos e estes sendo técnico-científico-informacionais, Santos (1997) insere a técnica como um dos elementos a serem considerados para compreensão do conceito hodierno de espaço geográfico.

A compreensão de espaço na perspectiva de Massey (2008) questiona o que está posto e desconstrói a visão de espaço como algo estático, é algo que está em constante (re)construção, é maleável e mais que isso, sua compreensão requer uma nova forma de pensar e ver o mundo, é o campo das possibilidades, é incompleto, é aberto e se faz nas inter-relações.



As proposições aqui apresentadas dão sustentação a nossa motivação inicial, de que a percepção de espaço geográfico que o educador possui, leia-se, o professor de Geografia, dá o tom da sua atuação em sala de aula, nas suas rotinas didáticas e faz a diferença no cidadão e cidadã que há de vir. O exercício da cidadania requer *saber pensar o espaço* (LACOSTE, 1989) e a Geografia, segundo Callai (2001) é por excelência uma disciplina formativa que instrumentaliza o estudante para que esse exerça de fato sua cidadania. Para se atingir esse objetivo é necessário que o professor responsável por essa mediação tenha acumulado saberes que lhes permita ter uma compreensão da evolução do conceito de espaço a partir de bases teóricas sólidas e atualizadas.

Por fim, compreendemos que este artigo cumprirá seu papel se conseguir despertar no professor de Geografia, em especial o que atua na educação básica, a vontade de aprofundar o estudo sobre espaço geográfico à luz dos autores aqui referenciados e outros que também discutem essa temática. Pois, a partir de uma concepção mais elaborada de espaço geográfico o professor poderá melhor contribuir na formação dos seus educandos, levando-os a uma consciência do seu papel no permanente processo de construção do espaço geográfico.

Referências bibliográficas

- CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a Escola: muda a geografia? Muda o ensino In: **Terra Livre**. N. 16, São Paulo: Marco Zero, 2001.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná et AL. **Geografia: Conceito e Temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- FARIA L.R. Resenha do Livro de Milton Santos. A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 9, n. 26 set., 2008 p. 215 - 226 . Disponível em: < <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>.
- LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução Maria Cecília França. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1985.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1997.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.